

O empoderamento feminino no campo: A trajetória das mulheres camponesas na agrovila Paulo Freire no município de Mossoró - RN

Female empowerment in the countryside: The trajectory of peasant women in agrovila Paulo Freire in the municipality of Mossoró - RN

Empoderamiento femenino en el campo: La trayectoria de las mujeres campesinas en agrovila Paulo Freire en el municipio de Mossoró – RN

Recebido: 18/11/2021 | Revisado: 22/11/2021 | Aceito: 15/12/2021 | Publicado: 20/12/2021

Sandra Maria Campos Alves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9343-9324>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil
E-mail: sandra.campos@ifrn.edu.br

Gisélia Batista de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0014-4074>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil
E-mail: giselia.oliveira.87@gmsil.com

Diogo Pereira Bezerra

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0159-4117>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil
E-mail: diogo.bezerra@ifrn.edu.br

Resumo

A luta das mulheres pela conquista de direitos, marca a história das sociedades, por meio de movimentos sociais e políticos, elas, atualmente, gozam de alguns direitos na cidade ou no campo. O empoderamento feminino é um processo de lutas e conquistas. As mulheres persistiram em movimentos políticos e sociais transformadores, como a inclusão social, instrução, profissionalização e pelos seus direitos de cidadãs, constituindo o supracitado empoderamento; portanto, é oportuno associá-lo à concepção feminista. A dissertação *A Trajetória das Mulheres Camponesas na Agrovila Paulo Freire no Município de Mossoró-RN* visa analisar a trajetória das mulheres da Agrovila Paulo Freire, Município de Mossoró-RN com o intuito de fomentar o empoderamento feminino camponês nos liames do trabalho, resultando em um documentário filmográfico que sirva de ferramenta pedagógica e identitária. Entretanto, cada uma traz em suas histórias de vida suas crenças, utopias e anseios. Diante disso, a pesquisa propõe-se a responder a seguinte questão de investigação: De que forma as histórias de vida das mulheres do campo têm influenciado as relações de trabalho e o desenvolvimento econômico e social na Agrovila Paulo Freire? A pesquisa é de cunho qualitativo descritiva e consta de um documentário que resgata a história de vida das mulheres participantes e do assentamento. A técnica utilizada na coleta de dados é a entrevista. No filme, suas histórias são recriadas para que outros assistam e compreendam suas individualidades, valores, culturas e lutas cotidianas. O documentário pode ser usado como um material didático na formação de professores, nas escolas ou outras instituições, mostrando ao telespectador uma forma de ‘ler’ a história, entender e compreender a realidade de maneira não dicotômica, não preto e branco, mas também a presença dos tons cinza. Nos resultados e discussões encontramos o elo entre o conhecimento formal e não formal.

Palavras-chave: Empoderamento feminino; Assentamento; Trabalho; Documentário.

Abstract

The struggle of women for the conquest of rights marks the history of societies, through social and political movements, they currently enjoy some rights in the city or in the countryside. Female empowerment is a process of struggles and achievements. Women persisted in transformative political and social movements, such as social inclusion, education, professionalization and for their rights as citizens, constituting the aforementioned empowerment; therefore, it is opportune to associate it with the feminist conception. The dissertation *The Trajectory of Peasant Women in Agrovila Paulo Freire in the Municipality of Mossoró-RN* aims to analyze the trajectory of women in Agrovila Paulo Freire, Municipality of Mossoró-RN with the aim of fostering female peasant empowerment in the bonds of work, resulting in a filmographic documentary that serves as a pedagogical and identity tool. However, each brings in their life stories their beliefs, utopias and aspirations. Therefore, the research proposes to answer the following research question: How have rural women's life stories influenced labor relations and economic and social development in Agrovila Paulo Freire? The research is qualitative and descriptive and consists of a documentary that rescues the life story of the participating women and the settlement. In the film, their stories are

recreated so that others can watch and understand their individualities, values, cultures and everyday struggles. The documentary can be used as a didactic material in teacher training, in schools or other institutions, showing the viewer a way of 'reading' history, understanding and understanding reality in a non-dichotomous, not black and white, but also presence of gray tones. In the results and discussions we found the link between formal and non-formal knowledge.

Keywords: Female empowerment; Settlement; Work; Documentary.

Resumen

La lucha de las mujeres por la conquista de derechos marca la historia de las sociedades, a través de movimientos sociales y políticos, estas gozan actualmente de algunos derechos en la ciudad o en el campo. El empoderamiento femenino es un proceso de luchas y logros. Las mujeres persistieron en movimientos políticos y sociales transformadores, como la inclusión social, la educación, la profesionalización y por sus derechos como ciudadanas, constituyendo el referido empoderamiento; por tanto, es oportuno asociarlo a la concepción feminista. La disertación La Trayectoria de la Mujer Campesina en Agrovila Paulo Freire en el Municipio de Mossoró-RN tiene como objetivo analizar la trayectoria de la mujer en Agrovila Paulo Freire, Municipio de Mossoró-RN con el objetivo de fomentar el empoderamiento de la mujer campesina en los lazos de trabajo, resultando en un documental filmográfico que sirve como herramienta pedagógica e identitaria. Las agricultoras son sujetos clave en el proceso de empoderamiento de la mujer campesina. Sin embargo, cada uno trae en sus historias de vida sus creencias, utopías y aspiraciones. Por tanto, la investigación se propone dar respuesta a la siguiente pregunta de investigación: ¿Cómo han influido las historias de vida de las mujeres rurales en las relaciones laborales y el desarrollo económico y social en Agrovila Paulo Freire? La investigación es cualitativa y descriptiva y consiste en un documental que rescata la historia de vida de las mujeres participantes y el asentamiento. La técnica utilizada en la recolección de datos es la entrevista. En la película, sus historias se recrean para que otros puedan ver y comprender sus individualidades, valores, culturas y luchas cotidianas. El documental puede ser utilizado como material didáctico en la formación del profesorado, en escuelas u otras instituciones, mostrando al espectador una forma de 'leer' la historia, comprender y comprender la realidad de una forma no dicotómica, no en blanco y negro, sino también en presencia de grises. tonos. En los resultados y discusiones encontramos el vínculo entre conocimiento formal y no formal.

Palabras clave: Empoderamiento femenino; Asentamiento; Trabaja; Documental.

1. Introdução

Há tempos, o gênero feminino está lutando por direitos e poderes na sociedade e, paulatinamente, efetivando-os. Essa relação de ascendência e prestígios conquistados é denominada de empoderamento, desta forma atribui-se um sinônimo de poder. Contudo, é essencial, para que se compreenda o processo de empoderamento em um sentido amplo, demonstrar sua relevância política, contextualizada, que visa às mudanças sociais (Gonçalves & Marinho, 2016). Essa promoção de autonomia feminina é um progresso com êxitos na garantia de direitos femininos, dessa forma, as mulheres adquiriram algumas prerrogativas restritas às alas masculinas tradicionais da sociedade.

O empoderamento feminino é um processo de lutas e conquistas, durante a história, as mulheres persistiram em movimentos políticos e sociais transformadores, como a inclusão social, instrução, profissionalização e pelos seus direitos de cidadãs, constituindo o supracitado empoderamento; portanto, é oportuno associá-lo à concepção feminista, pois Sardenberg (2006, p.2) define empoderamento como “a libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal”. O labor feminino foi estabelecido como um marco em busca de liberdade, contrapondo-se a um domínio masculino que estabelecia a ideologia do corpo feminino como frágil, portanto, o homem tinha o papel de protetor e provedor.

Embora o feminismo disponha de diversas conquistas de direitos nos campos sociais, políticos, econômicos, entre outros, a mulher ainda é vista como sujeito inferior ao homem. Esse ponto de vista baseia-se na visão naturalista de que biologicamente a mulher é o ser frágil da sociedade (Bourdieu, 2015). Para lutar contra essa concepção preconceituosa, as mulheres buscam, em sua maioria, a educação como ferramenta de transformação, emancipação e geração de criticidade. Corroborando com Freire (2005), que diz a Educação não transforma o mundo, mas sim pessoas, estas que efetivamente transformam o mundo, os seres humanos são indivíduos inovadores e ativos. A educação amplia essas características por meio de práticas pedagógicas emancipatórias, integralizando o aperfeiçoamento dos sujeitos sociais, agora críticos e perspicazes.

Para Libâneo (2010) a Educação é um “fenômeno plurifacetado, ocorrendo em muitos lugares, institucionalizados ou não, e em várias modalidades” (2010, p. 25). O processo educativo está dividido em: Formal, Não formal e Informal. Entre as modalidades inclui-se a Educação do Campo e a Educação Profissional e Tecnológica – EPT, ambas com o propósito de discorrer sobre o desenvolvimento integral e emancipatório dos sujeitos por meio do trabalho. Para Oliveira e Machado (2013) “a educação é a promoção do homem que se estabelecerá mediante à dialética entre a atividade humana no mundo da cultura, por meio da atividade vital que é o trabalho” (2013, p. 2).

A EPT oferece cursos de nível médio e pós-médio, qualificando os alunos para o mundo do trabalho com formação omnilateral e politécnica, estes que são termos da concepção marxista e que têm como prelúdio o trabalho para a formação integral dos homens (Saviani, 2003). Manaconda conceitua omnilateralidade como “um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação” (2007, p.87). Ao discorrer sobre a EPT, percebemos a preocupação de oferecer aos discentes, a partir de um currículo integrador, uma qualificação ampla em educação para o desenvolvimento de um ser social, transformador e crítico no mundo do trabalho.

O trabalho é significativo, também, para a educação do campo, visto que essa modalidade da educação propõe a emancipação do sujeito camponês. Nesse entendimento, considera-se os processos produtivos e as práticas de trabalho do campo como elementos de contribuição para a formação e emancipação do sujeito camponês, afinal:

[...] A Educação do Campo deve ser compreendida com ação de afirmação da realidade educacional dos camponeses que pressupõe o trabalho e a pesquisa como princípio educativo, pois os conhecimentos são construídos de forma coletiva a partir do trabalho na terra, da problematização sistemática da relação dos camponeses com a natureza. (Rocha & Tsuchihara, 2010, p.4)

As discussões sobre politecnia como concepção adotada por instituições educacionais urbanas ou camponesas, talvez promovam reflexões e ações que reduzam as diferenças entre as classes sociais e gêneros. Embora a cultura patriarcal configure-se em ações populares entre as comunidades camponesas, as mulheres travam lutas constantes a equidade de gênero na sociedade em geral.

Os movimentos feministas são compostos por uma diversidade de mulheres com biografias diferentes, mas possuem objetivo comum de construir uma identidade feminina empoderada na cidade e no campo. Na cidade, esses grupos estão conquistando seu espaço e reafirmando sua identidade em trabalhos considerados “exclusivamente” masculinos; no campo se identificam com trabalhos na agricultura familiar e ampliam suas atividades em novas atribuições, especialmente como líderes de comunidades, entre outros papéis.

As agricultoras são sujeitos primordiais no processo de empoderamento feminino camponês. Entretanto, cada uma traz em suas histórias de vida suas crenças, utopias e anseios. Diante disso, a pesquisa propõe-se a responder a seguinte questão de investigação: De que forma as histórias de vida das mulheres do campo têm influenciado as relações de trabalho e o desenvolvimento econômico e social na Agrovila Paulo Freire?

Esse trabalho se propôs a analisar a trajetória das mulheres da Agrovila Paulo Freire, Município de Mossoró-RN com o intuito de fomentar o empoderamento feminino camponês nos liames do trabalho, resultando em um documentário filmográfico que sirva de ferramenta pedagógica e identitária.

2. Metodologia

O assentamento Maisa (-04° 59' 16" S de latitude e -37° 28' 29" W de longitude) está organizado em um aglomerado de vila e está dividido em dez agrovilas, que são Vila Nova I, Vila Nova II, Vila Nova III, Angicos, Real, APAMA – Associação

dos Produtores do Assentamento MAISA –, Montana, Pomar, Nova União e Paulo Freire. Elas são independentes, porém igualitárias nos problemas sociais. A agrovila Paulo Freire possui cem famílias assentadas, que estão divididas em dez núcleos de dez. Nela está localizada a Escola Municipal Professor Maurício de Oliveira, que recebe as crianças dos núcleos APAMA, Angicos, Real, Montana, Vila Nova II e Vila Nova III.

O estudo corresponde a uma pesquisa qualitativa com interesses as relações de trabalho entre agricultoras de uma comunidade do campo. Minayo (2012) conceitua esse tipo de pesquisa como sendo aquela que

[...] responde as questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (p.21).

A metodologia será descritiva, visto que ela discorre os costumes, as condições vitais de uma comunidade, de acordo com o que teoriza Richardson (2017, p.8). Direcionaremos o interesse para os registros e análises das relações entre as vivências das mulheres assentadas e seu mundo de trabalho nos contextos micro e macrossocial, além dos resultados nas relações entre elas próprias (Brisola & Marcondes, 2011).

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica que será desenvolvida a partir de material produzido, constituído de livros e artigos científicos, entre outras publicações (Gil, 2008) e um estudo de caso.

A técnica utilizada na coleta de dados foi a entrevista semiestruturada (perguntas de orientação para entrevista no apêndice um), que segundo Richardson (2017, p.232) “é uma técnica com questões flexíveis e abertas, definindo a área a ser explorada”. Buscaremos informações diretamente com o grupo pesquisado, reunindo depoimentos e um conjunto de informações. Registraremos tudo isso em um diário de campo, que a *grosso modo* constitui-se em um caderno de anotações.

A principal fonte dos depoimentos orais é a memória. O entrevistado relembra do passado, com olhar do presente, contando apenas os fatos que justificam suas ações atuais. Barreto (2007, p.163-164) explica que:

Memória, enquanto acervo de lembranças, não é um mero produto resultante do acúmulo de vivências, mas um processo que se faz no presente para atender às necessidades do presente. Esta característica permite sua reconstituição de maneira distinta do fluxo das vivências, o que ocorre a partir da localização espaço/tempo que o grupo define. É neste sentido que o passado não é conservado pela evocação das lembranças, mas reconstruído numa dimensão presente. É neste aspecto que memória e história se diferenciam, ainda que até há pouco tempo, viam-se confundidas. A história não produz memória, quem a produz é um grupo social, a história utiliza-se da memória para seu trabalho sobre reconstituição de uma época e lugar.

Essa metodologia possibilitou uma análise a dinâmica das trajetórias de vida das mulheres para a confecção do documentário. Os relatos permitiram adentrar o campo das experiências dos entrevistados, vividas e reconstruídas através do diálogo com as questões que se colocam no presente. Conversamos com a coordenação da associação e mostramos a proposta do projeto de pesquisa, explanando os objetivos e a importância dos seus depoimentos no estudo. Obtivemos suas assinaturas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Termo de Autorização para Uso da Imagem e no Termo de Autorização para Uso de Áudio (Os termos estão no Apêndice I, II e III) com a finalidade de submetermos o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Em seguida a aprovação do comitê de ética iniciamos a coleta de dados e recolhemos as informações para o documentário, para isso demos um roteiro com perguntas para orientação da entrevista semiestruturada. Seguindo esse roteiro ressaltamos a história do Assentamento da Maise, mas também a história de vida dessas mulheres. Gravamos a entrevista em

vídeo e assim editamos as imagens para o documentário. As gravações ocorreram nas residências das assentadas. Utilizamos os diversos espaços e filmamos seus quintais com a produção orgânica.

As etapas da produção do documentário *As Margaridas da Maise: Pétales, Vozes e Lutas* foram as seguintes: Pré-produção, Produção e Pós produção. A pré-produção restringiu-se as conversas com as camponesas, na coleta das assinaturas nos termos do uso de imagens e áudios, na elaboração do roteiro das entrevistas semiestruturadas, na escolha dos equipamentos de filmagens e os dias das filmagens.

A produção correspondeu as filmagens das entrevistas com as mulheres. Transcrevemos seus relatos e registramos em um arquivo denominado *As Narrativas das Margaridas da Maise*. Todos os relatos estão analisados na dissertação *O Empoderamento Feminino no Campo: A Trajetória das mulheres na Agrovila Paulo Freire*.

A pós produção consistiu na edição das filmagens e dos áudios. Assistimos aos vídeos, depois optamos por um roteiro que narrasse suas vivências no Assentamento Maise, desde a sua ocupação e assim sendo contamos também a história do Assentamento numa perspectiva feminina.

3. Resultados e Discussão

A reforma agrária é uma política pública e a questão agrária envolve um debate mais complexo que se relaciona com questões sociais, econômicas e políticas. Assim sendo, para Fernandes (2008) a reforma agrária é uma política territorial que serve para minimizar a questão agrária que é uma demanda territorial sendo considerada como um problema estrutural do capitalismo, por isso abrange conflitos em virtude das relações de exclusão, expropriação e desigualdades sociais e econômicas. Por tanto ela é complexa podendo ser abordada por diferentes formas (Stedile, 2012).

O século XX foi marcado por discussões e conquistas efetivas na questão agrária brasileira, sendo por meio do fortalecimento das ligas camponesas ou dos movimentos sociais. O marco importante na questão agrária no Brasil foi a lei nº 4.504, 30 de novembro de 1964, considerada o estatuto da terra. Apesar de ter sido constituída logo após o golpe militar, ela renunciava aproveitamento econômico e sensato da propriedade. Preservando seus recursos naturais e os princípios da justiça social, não apenas para o proprietário, mas também para os trabalhadores.

Na década de 80, temos o I Plano Nacional da Reforma Agrária - PNRA, foi propagado IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, em 1985. Para Rocha e Cabral (2016, p.80).

O PRNA I destacou a importância do Estatuto da Terra como instrumento de Reforma Agrária, se pautando em seus princípios básicos como: a função social da propriedade; a não-desapropriação das empresas rurais e das pequenas e médias propriedades; a garantia de que a reforma agrária não atingiria as terras que estivessem produzindo e de que as desapropriações seriam pagas mediante indenizações.

Para se opor ao I PNRA, os grandes proprietários de terra formaram uma nova organização a União Democrática Ruralista – UDR. Com essa oposição o Estado negligencia os valores trazidos pelo I PNRA.

O tema questão Agrária destacou-se nacionalmente, nesse período, os camponeses alcançaram representatividade e o Estado deliberou leis e planos em seus benefícios. Entre eles, temos o Estatuto da Terra de 1964, I Plano Nacional de reforma Agrária de 1985, a Constituição Federal de 1988, a Lei Agrária de 1993 e do II Plano Nacional de Reforma Agrária de 2003. No processo histórico, verificamos que essas leis e planos nacionais não foram efetivados na prática pelos diferentes governos, revelando a opção do Estado pelo modelo agrário/ agrícola ou agronegócio. Identificamos a questão agrária acontece, especialmente, por meio de uma reforma agrária que possui poucos investimentos do Estado e poucas famílias assentadas.

Desde 2015, os governos federais, Temer e Bolsonaro, diminuíram o orçamento para a reforma agrária. Comparando 2015 que o congresso aprovou o desembolso de 2,5 bilhões de reais em 2019 somente temos o orçamento de 762 milhões de reais, um corte de 70% no orçamento (Repórter Brasil, 2020).

Esses cortes no orçamento da reforma agrária prejudicam não somente a aquisição de terras, como a gestão de cadastro rural, regularização da estrutura fundiária, desenvolvimento dos assentamentos e projetos sociais camponeses, educação e pacificação do campo. Outra consequência é o aumento da violência no campo, que teve um aumento substancial em 2017, segundo o relatório da Comissão Pastoral da Terra - CPT.

A luta do povo do campo na nossa atualidade é fundamental para evitarmos o retrocesso nas conquistas dos direitos desse povo. Os movimentos sociais nessas conquistas de políticas públicas foi/ é primordial, mediante as lutas no decorrer do processo histórico camponês. Entre as políticas públicas encontramos a reforma agrária que por intermédio dela os movimentos sociais conquistaram terras e formaram assentamentos para o desenvolvimento territorial do campo. Entre esses assentamentos destacamos o Assentamento Maísa, localizado no estado do Rio Grande do Norte, no município de Mossoró.

Sabemos que a reforma agrária é uma política pública de reorganização territorial e segundo Hoeller, Fagundes e Vergara (2021, p.4) ela é uma “transformação da estrutura agrária no país, foi e continua sendo um temor incorporado pelas elites”. A substituição do latifúndio pela pequena propriedade foi combatida pela classe dominante, como se apresenta nos ABN (1996), porém consiste somente como um sistema de distribuição de terra. Corroborando com essa afirmação temos autor Fernandes (2003, p.34).

[...] Uma política de desenvolvimento territorial implica em desconcentrar a estrutura fundiária, o que nunca aconteceu em mais de quinhentos anos de histórico do Brasil. Todos os governos, até então, conceberam a reforma agrária como política compensatória, de forma que a maior parte dos assentamentos foi implantada atendendo as pressões dos movimentos sociais.

Isso acontece em uma maioria das unidades federativas brasileiras, entre elas o Rio Grande do Norte que atualmente possui um dos maiores assentamento do país. Essa conquista foi provida de grandes lutas do Movimento Sem Terra - MST no estado e especificamente no município de Mossoró que possuía um império do agronegócio conhecido como MAISA.

A MAISA – Mossoró Agroindustrial S/A – foi um projeto de fruticultura irrigada iniciado no final da década de sessenta, no início da ditadura militar, situada na região de Mossoró, Rio Grande do Norte. Para José Nilson de Sá, um dos fundadores da empresa MAISA, em seu livro autobiográfico afirma que “[...] a MAISA mudou a vida de milhares de pessoas, estabelecendo uma relação moderna e mais justa entre o capital e o trabalho, fixando o homem na terra e apontando um rumo definitivo para a solução do problema da seca” (Sá, 2003, p. 207, grifo do autor).

De acordo com as informações do autor supracitado, ela era composta de seiscentas habitações para seus trabalhadores, um centro comunitário, um jardim de infância e uma escola maior para alunos de ensino fundamental, quatro pequenas lojas de comércio local, um posto de saúde, um mercado e duas indústrias. As ruas com calçamento, avenidas, caixa d’água, poço tubular, rede de energia elétrica, e poços profundos também faziam parte do sistema de urbanização da comunidade.

Após três décadas de trabalho e comercialização, em 2001, a empresa decretou falência. A MAISA teve seu apogeu nas décadas de oitenta e noventa, funcionando a todo vapor. Anos depois, porém, a empresa passou por várias crises financeiras, incluindo prejuízo em exportações, motivada especialmente pela desvalorização do dólar. Até que, no início do século XXI, sucumbiu aos desgastes financeiros. Vale salientar, o avanço econômico que ela proporcionou para a região do semiárido do Nordeste. Posteriormente, as terras da falida empresa foram ocupadas por integrantes do Movimento Sem Terra (MST), juntamente com alguns ex-funcionários da empresa.

A Cooperativa de Pequenos Produtores de Melão foi concebida por alguns agrônomos que trabalharam na MAISA. Com a finalidade de angariarem maior representatividade no mercado, esses produtores organizaram-se nessa cooperativa e instalaram individualmente pequenos projetos de agricultura irrigada naquela área. A empresa Agrícola, fundada no ano de 1995, nos tempos atuais, é considerada por moradores da região como a “segunda MAISA”. A comparação se dá pelo fato da promoção do desenvolvimento econômico e pela oferta de empregos na região.

O agronegócio é uma variável capital que visa o lucro. Sua produção tem, em primeiro plano, finalidade da exportação e se baseia, geralmente, no uso de agrotóxicos nas plantações, danificando a natureza, sem maiores preocupações com o meio ambiente, com o alvo maior de maximizar produtividade e, por conseguinte, os lucros. Nessa concepção, atribui-se aos projetos agrícolas a definição de grandes fazendas sob a primorosa dos latifundiários e de algumas empresas de ponta (Costa, 2017).

A produção das empresas atuais, seguindo o legado da MAISA, produz com a finalidade, especialmente, da exportação do melão, usando vários tipos de agrotóxicos. O território brasileiro é favorável ao agronegócio porque possui um território continental, abundância em água, tecnologia de ponta, clima favorável e o solo. Sendo assim, essa produção agrícola tem grande participação no Produto Interno Bruto- PIB, entretanto por adotar essas práticas agrícolas, a sociedade brasileira despojar-se de consequências irreversíveis nas áreas sociais e naturais.

A outra variável denominada Agricultura Familiar valoriza as especificidades camponesas. Caracteriza-se pela organização do trabalho, que é realizado pelos membros da família, além de promover produção orgânica e policultura. Sendo assim, o sujeito olha a terra como sua fonte de sobrevivência e tem preocupação de zelar a natureza em suas atividades (Costa, 2017).

O território da antiga MAISA, atualmente, dispõe de dois modelos de agricultura e realidade distintos. O agronegócio, com suas concepções neoliberais, é representado na região pela Cooperativa de Pequenos Produtores de Melão e pela Agrícola Famosa, ao lado do Assentamento MAISA, configurando-se como um dos maiores do Brasil, com uma área de aproximadamente dezenove mil e setecentos hectares de terras e constituída de um mil cento cinquenta famílias assentadas.

Considerando a conjuntura da localidade, a presença das empresas instiga alguns assentados (as) a afastarem-se das características da agricultura familiar para serem trabalhadores e trabalhadoras assalariados. Isso impossibilita o amadurecimento da autonomia e da identidade do sujeito na produção camponesa, em contrapartida o legado da MAISA continua fortalecido na região.

No ano de 2003, a fazenda MAISA foi ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e, posteriormente, a propriedade converteu-se em um Projeto de Assentamento, denominado Eldorado do Carajás II. O assentamento está organizado em um aglomerado de vila e está dividido em dez agrovilas, que são Vila Nova I, Vila Nova II, Vila Nova III, Angicos, Real, APAMA – Associação dos Produtores do Assentamento MAISA –, Montana, Pomar, Nova União e Paulo Freire. Elas são independentes, porém igualitárias nos problemas sociais.

A agrovila Paulo Freire possui cem famílias assentadas, que estão divididas em dez núcleos de dez. Nela está localizada a Escola Municipal Professor Mauricio de Oliveira, que recebe as crianças dos núcleos APAMA, Angicos, Real, Montana, Vila Nova II e Vila Nova III.

Os assentados integram a Associação Agricultores da Agrovila do Paulo Freire (AAAPF), a qual é representada por uma coordenação. Sendo composta por doze pessoas, que são o coordenador-geral ou presidente, segundo coordenador ou vice-presidente, dois tesoureiros, duas secretárias, três fiscais e três coordenadores.

A composição da coordenação geral da associação é formada por dez mulheres e apenas dois homens, indicando o gênero feminino na liderança da agrovila. O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – divulgou uma pesquisa de

2018 sobre os gêneros e os cargos de liderança. Consta que 62,2% desses cargos são ocupados por homens, enquanto as mulheres ocupam apenas 37,8%.

Importante ressaltarmos a educação para o desenvolvimento social das mulheres no papel de lideranças na sociedade, por isso destacaremos duas modalidades da educação brasileira que são Educação do Campo e Educação Profissional e Tecnológica, ambas possuem práticas pedagógicas progressistas.

A Prática educacional é um fator da formação humana considerada como prática social e cultural. As práticas educativas que orientam os professores no processo de ensino aprendizagem são as tendências pedagógicas. Elas são compreendidas como um conjunto de “diversas teorias filosóficas que pretenderam dar conta da compreensão e da orientação da prática educacional em diversos momentos e circunstâncias da história humana” (Luckesi, 1994, p.53). Sendo ideologias de contribuições dos teóricos para o melhoramento da educação, conseqüentemente, acolhem práticas e objetivos educacionais distintos. Então, são aglutinadas em dois grupos diferentes: tendências liberais e progressistas.

Para Libâneo (2010), o termo liberal se refere ao sistema capitalista que sustenta a ideia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Entretanto, o vocábulo progressista, emprestado de Snyders, é usado aqui para designar as tendências que, partindo de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação.

São duas concepções diferentes do sistema educacional, considerando os autores da educação na contemporaneidade que adotam uma educação emancipatória do sujeito. Desta forma, eles consideram a progressista como a tendência que melhor representa seus interesses educativos, não obstante, ela está dividida em três correntes que são: Libertadora; Libertária e Crítico-Social dos Conteúdos.

Destarte, a escola tem o papel transformador dos educandos em sujeitos críticos e transformadores da sociedade. Considerando as relações de gênero e seu conceito, segundo Butler (2003), isso “se constrói como fenômeno inconstante e contextual, o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (p.29). Dessa forma, se dá pelas atribuições sociais e culturais dadas ao termo feminino e masculino. As discussões sobre o tema são importantes em ambientes educacionais, pois tem como finalidade promover uma sensibilização aos educandos para a transformação da sociedade.

Freire (2005, p.59), sobre o preconceito de classe social, gênero ou etnia, afirma o seguinte:

Que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assume como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra elas é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar.

Os atores sociais devem atentar para o autoritarismo de determinados grupos sociais, assim, a educação deve proporcionar práticas educativas que desenvolvam nos sujeitos, princípios éticos e respeito à identidade dessas pessoas. Destacamos que a educação ela se mostra em diversos espaços como fala os autores Rigão et al., (2019, p. 4) “a educação acontece em diversos lugares e em diferentes momentos, a Pedagogia possui uma variedade de práticas educativas, conseqüentemente, havendo vários tipos: pedagogia empresarial, familiar, escolar, hospitalar, etc.”

A educação progressista deve ser transformadora, como exemplo cita-se a Educação do Campo e a EPT, modalidades da educação que têm como princípio educativo o trabalho, através dele sensibilizando os educandos a serem críticos e modificadores.

A EPT oferece um currículo integrador voltado ao mundo do trabalho com uma formação profissional contendo uma articulação entre trabalho, cultura e conhecimento, fornecendo ao educando uma rica materialidade como ponto de partida para conseguir ampliar o seu saber (Frigotto et al., 2005). Essa concepção de educação está em contradição com a educação profissional adotada no Brasil como diz os autores Santos e Tavares (2020, p.7)

As ações desenvolvidas pelo Estado, no contexto social extremamente voltado para a competição, fabricam o projeto de formação do trabalhador afinado com o mercado de trabalho com reduzida base conceitual, política e crítica. Em contradição ao projeto de educação profissional tecnicista e conservador, proposto pelos patronos do mercado... Esse processo de buscar um currículo integrador que desenvolva o ser humano com um sujeito social e não apenas um indivíduo com formação reduzida ao trabalho capitalista.

A Educação do Campo é destinada aos pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, ribeirinhos, roceiros, Sem Terra. Sua prática social é um princípio educativo que compreende o trabalho e a preocupação com a dimensão da formação do sujeito nos processos, relacionados a culturas e a participação nas lutas sociais.

A Educação do Campo tem centro de geração da qualidade de trabalho e identidade camponesa a Agroecologia. Ela não é apenas uma forma de produção, mas uma forma de vida e manutenção da biodiversidade, respeitando a natureza e o ser humano. Por intermédio da Agroecologia, as agricultoras consolidam a técnica de uma agricultura que representa integridade física e as relações sociais e culturais, e essa atividade as auxilia na manutenção da terra. (Pavini et al., 2018).

As ideólogas da EPT e Educação do Campo envolvem-se em evidenciar e transportar princípios para a autonomia do sujeito, especialmente para as minorias sociais, no caso do gênero feminino. Como atendem públicos diversos, essas duas modalidades contribuem para autonomia feminina na cidade e no campo, desenvolvendo relações sociais e trabalhistas mais justas entre os gêneros.

Nos últimos anos, a educação do campo por meio das lutas dos movimentos sociais camponeses conquistou um destaque na educação brasileira, sendo atualmente uma política pública educacional voltada ao povo camponês. Entretanto, seu contexto histórico apresenta uma marginalização do campesinato, especialmente no processo de sua formação.

Sendo olhada com descaso pelos governos brasileiros desde o Brasil colônia, pois com a chegada dos jesuítas para catequizar os índios com uma educação dominadora e impondo aos nativos costumes europeus. Porém, os mesmos jesuítas educavam os filhos dos portugueses com o processo de ensino fundamentado na cultura portuguesa, evidenciado a dualidade da educação nesse período, de um lado a elite era instruída e no outro os colonos catequizados. Com a expulsão dos jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal banindo os métodos de ensino da Companhia de Jesus no Brasil.

Após a independência do Brasil, em 1824, foi outorgado a Constituição Imperial no Brasil no seu artigo 32 apresenta o Ensino Primário como gratuito a todos os cidadãos, ou seja, somente aos homens livres. Em 1827, a instituição das escolas de Primeira Letra para ser implantadas em todas as cidades, vilas ou lugarejos, entretanto isso não foi cumprido e apenas em 1830 temos as primeiras escolas normais no Rio de Janeiro e Bahia. Essas escolas foram transmutadas para escolas únicas em 1980 e com isso fortaleceu o ensino das escolas normais, excluindo os escravos, índios e caboclos, esses restavam apenas o trabalho braçal.

Nesse contexto, a educação usufruía de um papel na sociedade brasileira, na qual era de suprimir os sujeitos subordinados e dando o controle da elite sobre as outras classes fomentando as diferenças sociais entre as mesmas. Os latifundiários eram parte da classe dominante e, portanto, dominavam o ensino em suas terras. Corroborando com essa afirmação temos Santos e Vinha (2018, p.3).

Neste sentido, historicamente no Brasil a educação, além de excludente, garantiu o controle de uma classe dominante sobre outras, provocando uma exclusão social, concentração fundiária e escravidão. A concentração fundiária no

Brasil no final do século XVIII não permitia que lavradores permanecessem na terra de forma que fossem independentes, portanto, os conflitos por terra vinham ocorrendo em todo o país. A proximidade com o fim da escravidão agravaria ainda mais esses conflitos. Gerou-se uma preocupação da elite burguesa em manter o controle sobre a terra de alguma forma. Não era de interesse da elite discutir a educação no campo.

Nessa mesma década foi promulgada a constituição federal que em seu artigo 205 diz que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” e no artigo 208 prescreve:

Art.208 O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I-ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria;

II- progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI- oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII- atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Esses artigos da constituição de 1988 propiciaram de forma clara e concisa os direitos de toda população brasileira, independente de gênero, raça ou localização geográfica. Usufruindo da nova lei os movimentos sociais camponeses lutaram por uma educação que atendesse as características do sujeito camponês. Por meio de lutas e reivindicações a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB-, a lei de nº 9394/96, contempla em seu artigo 28 a educação voltada ao campesinato. No artigo 28 da LDB diz que

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Dessa forma nova lei da educação nacional abrange algumas peculiaridades da educação do campo, sendo considerada uma vitória dessa classe de trabalhadores.

Em 1997, ocorre o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária – ENERA – com a finalidade de ratificar o sentido do termo educação do campo não apenas na escolarização, mas a essência de lutas, resistência e emancipação dos trabalhadores rurais. Corroborado com isso temos Molina (2003, p.49).

No ENERA participaram cerca de 700 pessoas, sendo assentados e acampados, educadores a maioria, representantes de universidades e de instituições que apoiam o Movimento ou com ele têm parceria. O eixo de reflexão do ENERA

eram problemas econômicos, sociais e educacionais de acampamentos/ assentamentos. Analisou-se da educação infantil à educação de jovens e adultos. As principais conclusões mostraram que apesar do descaso e do abandono do governo federal, efervesciam experiências, frutos de concepções pedagógicas desenvolvidas na luta pela Reforma Agrária pelos militantes do MST (Molina, 2003, p. 49).

Além da metodologia adotada nas escolas camponesas, uma outra apreensão é a quantidade de escolas fechadas no campo. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira – Inep foram fechadas quase 80 mil entre os anos 1997 a 2018. Em uma esfera da sociedade que o analfabetismo é de 17,7 por cento e a escolaridade média de 8,7 por cento. Desses dados preocupamos que mais da metade das escolas fechadas estão situadas no nordeste brasileiro, ou seja, mais 40 mil escolas, só no estado da Bahia tivemos 12.815 mil escolas. (Brasil de Fato, 2019)

O termo empoderamento, no decorrer da história, adquiriu vários significados, tornando-se polissêmico. Entretanto, Sardenberg (2009, p.29) atribui à palavra duas vertentes principais e antagônicas entre si; primeiro há o empoderamento das mulheres utilizado pelos governos e por instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), “é o empoderamento das mulheres visto como um instrumento para o desenvolvimento, para a democracia, para erradicar a pobreza, etc. Não é um fim em si próprio.” Essa igualdade de gênero ocorre especificamente no âmbito das relações de trabalho e nos negócios.

O segundo, em oposição ao primeiro, constitui que o valor dado ao empoderamento equivale a um processo de transformação que busca a igualdade de gêneros em todos os setores da sociedade. As mulheres dos movimentos sociais entendem esse ideal como:

Libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinas americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas”. (Sardenberg, 2009, p. 2)

Ao discorrer sobre o conceito de empoderamento feminino nessa pesquisa, considera-se a concepção feminista que envolve as diversas vivências das mulheres no combate de uma dominação masculina na sociedade. Essa posição corrobora com aquilo que pensa Bourdieu (2015, p.7), que declara:

[...] a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, [...], perpetua-se apesar de tudo tão facilmente, e que em condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais. Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada [...] resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica [...]

Essa violência simbólica encontra-se no cotidiano de todas as mulheres, tornando-se natural a exclusão do gênero feminino nos aspectos financeiro, social ou sexual. A justificativa para as ações é considerar a mulher como o “sexo frágil”. De acordo com Beauvoir (2017), essa expressão se dá pelas características físicas distintas entre os corpos masculinos e femininos, considerando-se o corpo do homem superior ao feminino. Em seu livro *Segundo Sexo*, Beauvoir, em 1949, formaliza o debate sobre o conceito de mulher ao ser determinado pela interpretação do homem, isto é, as diferenças e a superioridade são históricas e ideológicas. Ela introduz a diferença entre sexo, com distinções biofísicas, gênero, com construtos e idealizações sociais (Beauvoir, 2017).

As ideias de Beauvoir foram importantes ao movimento feminista da década de 1960. As feministas lutavam não apenas pela emancipação das mulheres, mas também por uma libertação universal feminina. Após décadas de lutas, elas estão conseguindo paulatinamente essa libertação e igualdade entre os gêneros, desenvolvendo, na década de 1980, o conceito de empoderamento feminino. Desde então as mulheres vêm lutando para obter esse empoderamento mas “infelizmente, é muito grande a resistência masculina quando as mulheres buscam a mudança na sociedade, no tocante à igualdade de gêneros, e decidem competir por cargos públicos e, maior ainda é quando elas não aceitam as coisas como estão postas e questionam o poder e os privilégios masculinos instituídos na família e no trabalho. (Valadares et al., P.4)”

O empoderamento é um movimento iniciado pela percepção e conscientização feminina individual de subordinação, dominação e discriminação, assim como a consciência dos motivos que geram essa condição dentro da sociedade. Depois, no nível grupal, elas percebem as semelhanças entre as situações vividas por outras mulheres; e então acontece a última etapa do processo, que é o nível estrutural, na qual ocorre o conflito com os grupos organizados e a esfera pública (Simon & Boeira, 2016).

As discussões sobre empoderamento feminino são amplas e algumas díspares, portanto é trivial deparar-se com diferentes conceitos sobre o tema. Historicamente, suas discussões são genéricas aos subgrupos sociais, étnicos, culturais, raciais, entre outros que se apercebem como submissos ou discriminados por classes consideradas detentoras de supremacia social.

O empoderamento apresenta vários conceitos ditos por autores diferentes, mas em sua maioria há a relação com a palavra poder. As relações de poder dentro da sociedade que se entrecruzam com gênero, classe social, raça, cultura e história (Fialho et al., 2017).

O trabalho é uma característica essencialmente humana, através dele a humanidade transforma o seu mundo e o de suas futuras gerações. Segundo Manacorda (2007, p.60 e 61), o trabalho

[...] É forma histórica da atividade humana, o trabalho nada mais é que uma forma ou existência contraditória que, se excetuamos suas determinações imediatas e contingentes, pressupõe essa mesma atividade vital ou afirmação de si mesmo que, exatamente, se produz como trabalho, mas sem a qual a própria vida não subsistiria [...] (p. 60-61).

No início da produção comunal não havia classes, homens, mulheres, apenas indivíduos produzindo sua existência através do trabalho, nesse período não havia divisão de trabalho entre os gêneros masculino e feminino (Saviani, 1994). Porém, em algum momento da história humana, aconteceu a divisão de gênero. Segundo Scott, o gênero é construído a partir das relações sociais sobre as diferenças entre os sexos, fornecendo a codificação, o significado e a compreensão das complexas interações humanas. Essa questão não é biológica, porém é uma construção de identidades dos sujeitos (Scott, 1995).

No século XIX, iniciam-se as lutas das mulheres e a conquista do direito ao voto, com o movimento sufragista na Inglaterra. No Brasil, na década de 1910, o movimento feminista foi liderado pela bióloga Bertha Lutz, que lutava pelo direito ao voto, isso porque a constituição de 1891, a primeira da república, proibia mulheres, pessoas analfabetas, soldados, clérigos, pessoas menores de 21 anos e pessoas abaixo da linha de pobreza de exercerem o sufrágio. No governo varguista, Bertha Lutz foi indicada por Getúlio Vargas e participou da comissão na elaboração da nova constituição, que foi promulgada em 16 de julho de 1934. Nessa nova constituição, ratificou-se o princípio da igualdade entre os sexos e o direito ao voto feminino e introduziu-se garantias de proteção ao trabalho da mulher (Shumaher & Ceva, 2015).

Após 1910, as brasileiras compreenderam seu poder social mediante a união de movimentos feministas. Eles principiaram no campo com uma organização das camponesas na luta contra o patriarcado e assim conquistaram alguns direitos camponeses. É notória a relevância das ações feministas para a criação de uma sociedade urbana ou camponesa menos desigual entre os gêneros, por isso é fundamental a continuação dessas ações nos tempos atuais.

A década de 1980 foi marcada pela luta em busca da redemocratização do país, momento no qual despontaram vários movimentos feministas. Nesse período, as camponesas organizavam-se em movimentos sindicalistas rurais, entre estes merece destaque o Movimento Autônomo de Mulheres Rurais (MMTR). Em 1988, Brasília sediou o Primeiro Seminário das Mulheres Trabalhadoras Rurais, nesse seminário as agricultoras conquistaram a inclusão na reforma agrária, direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanos em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social. Foi estipulado que esses benefícios iriam referir-se às trabalhadoras assalariadas temporárias e permanentes, bem como às agricultoras familiares, incluindo as trabalhadoras não remuneradas.

A dominação masculina nas relações de trabalho camponês é quase inabalável. Embora tenham conquistado diversos direitos, as mulheres, em maior parte, trabalham na agricultura familiar em subordinação ao trabalho do homem.

Ainda nesse liame, as agricultoras, em alguns casos, permanecem submissas à divisão sexual, em que o homem é o provedor e a mulher reproduz os trabalhos domésticos. Para acontecer a transição de um papel feminino submisso ao autônomo, é preciso a elas vivenciar e realizar atividades produtivas e reprodutivas, ou seja, o gênero feminino camponês será reconhecido e valorizado através do seu trabalho. No fortalecimento desse ponto de vista, Herrera (2013) cita o estudo da Organização das Nações Unidas para alimentação e relata que, se as mulheres tivessem acesso à terra, à tecnologia e à produção agrícola, o resultado seria um importante crescimento econômico e uma redução da fome no mundo.

O produto educacional fundamenta-se em um documentário filmográfico, decorrido da pesquisa desenvolvida em 2018 a 2021 no programa de Mestrado Profissional e Tecnológico – ProfEPT do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, *Campus Mossoró – RN*, intitulada “O empoderamento Feminino no campo: A trajetória das mulheres camponesas na Agrovila Paulo Freire”.

Com este documentário objetivamos propagar as lutas, conquistas e as relações de trabalho entre as camponesas, fortalecendo a identidade do povo do Assentamento. Nele exibimos relatos autobiográficos de mulheres camponesas que vivem no Assentamento Maisa, especificamente na Agrovila Paulo Freire. Os sujeitos integrantes do documentário são agricultoras e líderes da comunidade, pois todas fazem parte da coordenação da agrovila.

Com a finalidade de um melhor entendimento sobre a problemática da pesquisa priorizamos os relatos autobiográficos. Optamos como metodologia a pesquisa estudo de caso, de abordagem qualitativa, e na análise dos dados a triangulação. Para o recolhimento das informações que são apresentadas no documentário, utilizamos como coleta de dados uma entrevista semiestruturada e a filmagem.

O documentário com aproximação de 42 minutos, encontra-se disponível na plataforma Educapes, essa plataforma de acesso livre e gratuito. As histórias reveladas neste filme inspiram uma reflexão sobre o papel social da mulher camponesa em uma sociedade patriarcal.

Compreendemos a importância do documentário como uma ferramenta de divulgação de conhecimentos e maximalizar a sensibilidade da sociedade as diversas temáticas sociais. O documentário “As margaridas da Maisa: Pétalas, Vozes e Lutas” traz uma abordagem sobre o empoderamento feminino no campo por meio das vivências das agricultoras do assentamento Maisa.

O título “As margaridas da Maisa: Pétalas, Vozes e Lutas” revela mulheres que são lideranças na comunidade do campo mossoroense. Esse título é um tributo a representatividade e identidade da liderança feminina camponês do Brasil, a agricultora Margarida Alves foi uma sindicalista paraibana na década de 1970, assassinada em 12 de agosto de 1983. As camponesas do assentamento Maisa são mulheres que construíram suas singularidades por meio das experiências de vida sofridas, sensíveis, femininas, trabalhadoras rurais, mães e companheiras, assim como Margarida Alves construiu sua vivência de mulher camponesa.

O documentário como um ato de comunicação podemos considerar uma necessidade básica para os seres humanos, pois por meio dele pode-se expressar o pensamento individual ou coletivo. Mediante a comunicação, o ser humano transmite e recebe ideias, impressões e imagens de toda ordem. No caso, a forma da transmissão de mensagens de um emissor para um receptor requer organização, tanto no seu conteúdo quanto na forma que será exposta ou transmitida (MATOS, 2009).

A comunicação ocorre com a absorção da informação transmitida, ou seja, não basta apenas informar o que se deseja, tem-se que saber se o receptor irá compreender a mensagem de forma efetiva. Sendo assim, o processo de comunicação da informação pode ser definido como um ato social que recorre à linguagem, atendendo à necessidade humana de representação e troca de informações, de narrar fatos, de contar histórias. O gênero selecionado com a finalidade de transmitir a história, as informações e as narrativas de vida das agricultoras da agrovila Paulo Freire foi o documentário, o qual será o produto educacional desta pesquisa (Gosciola, 2003).

O documentário é um gênero audiovisual que ocupa uma posição emblemática na história, teoria e crítica do cinema. Ele é considerado um filme de não ficção, ou seja, empenha-se em ser fidedigno à realidade, porém, para a realização da produção, é inevitável o uso de todas as preocupações estéticas de enquadramento, iluminação, montagem, separação das fases de pré-produção, produção, pós-produção, etc.; enfim tudo o que é primordial na realização de um filme de ficção (Melo 2002). Como o produto educacional será um documentário, deve apresentar diversos olhares femininos sobre a história de superação e transformação social.

Grierson (2011, p.7) cita alguns princípios de um documentário

(1) Acreditamos que a capacidade que o cinema tem de se mover, observar e selecionar a partir da própria vida pode ser explorado numa nova e vital forma de arte. Os filmes de estúdio ignoram amplamente esta possibilidade de abrir o ecrã ao mundo real. Fotografam histórias representadas em cenários artificiais. O documentário irá fotografar a cena viva e a história viva. (2) Acreditamos que o ator original (ou nativo) e a cena original (ou nativa) são melhores guias para uma interpretação pelo mundo moderno. Eles dão ao cinema uma reserva maior de materiais. Dão-lhe poder sobre mais de um milhão de imagens. Dão-lhe o poder de interpretar acontecimentos mais complexos e surpreendentes do mundo real do que o estúdio é capaz de conjecturar ou o técnico do estúdio consegue recriar. (3) Por isso, acreditamos que os materiais e as histórias extraídas em estado bruto podem ser melhores (mais reais, num sentido filosófico) do que o material representado.

Considerando-se a exposição das agricultoras em seu mundo, os relatos biográficos serão valorizados por todos da comunidade onde residem e pela sociedade. Esse trabalho é pioneiro para a história do assentamento, cujo enredo acompanha a história do Rio Grande do Norte, portanto merece ser contada e valorada pelas agricultoras. No filme suas histórias são recriadas para que outros assistam e compreendam suas individualidades, valores, culturas e lutas cotidianas.

O documentário pode ser usado como um material didático nas escolas ou outras instituições, mostrando aos alunos ou ao telespectador uma forma de 'ler' a história, entender e compreender a realidade de forma não dicotômica, não preto e branco, mas também a presença dos tons cinza (Sales, 2009).

Com a finalidade de um melhor entendimento sobre a problemática da pesquisa priorizamos os relatos autobiográficos. Optamos como metodologia a pesquisa estudo de caso, de abordagem qualitativa, e na análise dos dados a triangulação. Para o recolhimento das informações que são apresentadas no documentário, utilizamos como coleta de dados uma entrevista semiestruturada e a filmagem.

Nos relatos autobiográficos filmamos os depoimentos das agricultoras, sendo a principal fonte dos depoimentos orais é a memória. O entrevistado relembra do passado, com olhar do presente, contando apenas os fatos que justificam suas ações atuais. Barreto (2007) explica que:

Memória, enquanto acervo de lembranças, não é um mero produto resultante do acúmulo de vivências, mas um processo que se faz no presente para atender às necessidades do presente. Esta característica permite sua reconstituição de maneira distinta do fluxo das vivências, o que ocorre a partir da localização espaço/tempo que o grupo define. É neste sentido que o passado não é conservado pela evocação das lembranças, mas reconstruído numa dimensão presente. É neste aspecto que memória e história se diferenciam, ainda que até há pouco tempo, viam-se confundidas. A história não produz memória, quem a produz é um grupo social, a história utiliza-se da memória para seu trabalho sobre reconstituição de uma época e lugar. (p.163-164).

Essa metodologia possibilitou análise da dinâmica das trajetórias de vida das mulheres. Os relatos permitem adentrar o campo das experiências dos entrevistados, vividas e reconstruídas através do diálogo com as questões que se colocam no presente (Silva, 2013).

4. Considerações Finais

Os diferentes olhares que trouxemos para essa pesquisa nos revelam a necessidade, atualmente, da discussão sobre o empoderamento feminino, especialmente, no campo. As dificuldades que as mulheres enfrentaram e enfrentam em uma sociedade ainda patriarcal.

A Pesquisa “O empoderamento feminino no campo: a trajetória das mulheres camponesas na Agrovila Paulo Freire no município de Mossoró – RN foi possível compreender as relações de trabalho para o fortalecimento do empoderamento feminino camponês, mas também, a relação da educação não – formal e informal no desenvolvimento integral do sujeito.

Por meio do produto educacional, o documentário “As margaridas da Maísa: Pétalas, Vozes e Lutas, podemos mostrar as narrativas autobiográficas e as novas perspectivas sobre a educação formal, informal e não formal. Esse documentário pode ser usado como ferramenta pedagógicas na formação dos professores ou em outras categorias.

Nessa temática de estudo desencadeou outras questões para futuro estudos como as seguintes questões: Como o homem camponês trata esse assunto? e se todas as assentadas passam por esse porque algumas ainda são completamente submissas aos homens?

Após várias leituras e reconhecendo essas narrativas das camponesas que participaram das pesquisas, acreditamos que a humanidade pode superar seus preconceitos por meio da educação e o respeito às diversidades, fazendo um ela com a frase de Beauvoir que todos nós nascemos, não apenas homem ou mulher, mas que todos nascemos seres humanos.

Ressaltamos que está pesquisa não se esgota o tema ou os sujeitos da pesquisa, sendo assim possíveis averiguações de estudo. Sugerimos uma pesquisa com as outras agrovilas do Assentamento Maísa por meio de uma abordagem quantitativa ou qualitativa, com a finalidade de uma maior explanação do tema abordado nessa dissertação.

Na técnica utilizada na análise de dados, decidimos usar a triangulação que consiste em três processos. Na primeira etapa, organizamos a fala das entrevistadas em categorias, destacamos entre elas: a noite da ocupação, em 2003, apenas a senhora Dilma participou. Foi um momento muito significativo como ela descreve em seu relato

...Tinha na faixa de 1.500 pessoas na ocupação olha se não tivesse mais né mas assim no meu ponto de vista era nessa faixa de umas 1500 pessoa entre tudo né. Então a gente não contou mas era na faixa, umas 11:49 da noite até que a gente pensava que fosse até mais distante né, que ela a gente foi de face tudo nós aí informaram que não era perto a gente saiu em caminhada e assim mesmo a gente chegou quando a gente chegou de frente onde foi ocupado. Aí o pessoal mandaram a gente parar que ia ser ali mesmo e entrei, eu fui para o barraco mesmo de frente o portão e ali eu fiquei...

Nesse trecho, começamos a contar à história do assentamento da Maísa e o início do desenvolvimento do empoderamento dessas mulheres. No processo de amadurecimento da reforma agrária nesse setor, também tivemos as lutas das

mulheres em algumas conquistas como a conquista do nome da escola, a conquista de acrescentar mais 150 famílias no projeto inicial do assentamento, o projeto de agricultura voltado para mulheres e o projeto PAIS.

Além das conquistas, essas mulheres passaram por processos de autoconhecimento e por dolorosas vivências. As relações de trabalho no assentamento, a agricultura familiar amparam essas agricultoras na liderança da agrovila, pois antes elas eram mulheres, donas de casa, algumas trabalharam na antiga MAISA. Entretanto, depois perceberam e questionaram a organização social patriarcal.

O documentário nos revela que ao buscar legitimar a sua soberania social e campesina, é possível educar político e profissionalmente os agentes sociais de transformações de que precisamos para dignificar a formação básica e corrigir as diferenças sociais que nos impugnam. Para equilibrarmos de forma equânime as desigualdades sociais, econômicas, de luta e de classes que nos distanciam do mercado de trabalho e dos cuidados administrativos que projetam e limitam nossas vidas em sociedade, de maneira desumana e criminosa.

Ressaltamos que esta pesquisa não se esgota o tema ou os sujeitos da pesquisa, sendo assim possíveis averiguações de estudo. Sugerimos uma pesquisa com as outras agrovilas do Assentamento Maisa por meio de uma abordagem quantitativa ou qualitativa, com a finalidade de uma maior explanação do tema abordado nesse estudo.

Agradecimentos

Agradecemos as contribuições do Prof. Dr. Samuel de Carvalho Lima (Instituto Federal do Rio Grande do Norte) para a confecção desse trabalho.

Referências

- Alves, M. C. S. O. (2016). A importância da história oral como metodologia de pesquisa. In: Semana de História do Pontal, 4. Ituiutaba. *Anais...* Ituiutaba: Universidade Federal de Uberlândia. 1 - 9. "
- Barreto, A. M. (2007). Os espaços de leitura. *Revista Eca*. 12(1), 41-53
- Beauvoir, S. (2017). *Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Nova Fronteira.
- Beauvoir, S. (2017). *Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. Tradução Sérgio Millet. (15a ed.), Nova Fronteira.
- Bourdieu, P. (2015). *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena. (13a ed.), Bertrand Brasil.
- Brisola, E. M. A., & Marcondes, N. A. V. (2011). *A História oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: um foco a partir da análise por triangulação de métodos*. *Revista Ciências Humanas*, 4(1), 4-16.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Civilização Brasileira.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1998. <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Constituicao/Constituicao.htm>
- Costa, C. M. S. B. (2017). *Agronegócio e agricultura familiar: modelos agrícolas de desenvolvimento que se contrapõem*. In: Jornada Internacional Políticas Públicas, 8., 2017, São Luís. *Anais...* JIPP.
- Ferreira, M. M., Fernandes, T. M., & Alberti, V. (2000). *História oral: desafios para o século XXI*. Editora Fiocruz.
- Fialho, C. B., Rosa, Á. F., Gai, M. J. P., & Nunes, A. F. P. (2018). Empoderamento e Gênero: Um Estudo com Mulheres que Ocupam Cargos de Gestão em uma Universidade Federal. *Revista Administração em Diálogo - Rad*, 20(1), 1-24. Portal de Revistas PUC SP. <http://dx.doi.org/10.23925/2178-0080.2018v20i1.33452>.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. (31a ed.), Paz Terra.
- Freire, P., Shor, I. (1986). *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Paz e Terra.
- Frigotto, G. (1995). *Educação e a crise do capitalismo real*. Ed. Cortez.
- Frigotto, G., Ciavatta, M., & Ramos, M. (2005). O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: Costa, H., Conceição, M. (Org.). *Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional*. 19-62.
- Garcia, A. R. J. (1993). *Terra de trabalho*. Paz e Terra.

- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed.), Atlas.
- Gonsalves, E. P. (2001). *Iniciação à pesquisa científica*. Alínea.
- Gosciola, V. (2003). *Roteiro para as novas mídias: do cinema às mídias interativas*. Editora SENAC.
- Grierson, J. (2011). Princípios iniciais do documentário. (2011). In: Penafria, M. (Org.). *Tradição E Reflexões: contributos para a teoria e estética do documentário*. Labcom Books. 5-18.
- Herrera, K. M. (2012). Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. In: seminário internacional fazendo gênero, Florianópolis. *Anais... SIFG*, 2013. 1 - 11.
- Hoeller, S.C, Fagundes, M., & Vergara, E. M. (2021). Caminhos da reforma agrária popular agroecológica. *Research, Society and Development*, 10(6), e13310615603. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15603/13940>
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro.
- Libâneo, J. C. (2010). *Democratização da Escola Pública - A Pedagogia Crítico-Social dos conteúdos*. (19a ed.), Edições Loyola.
- Luckesi, C. C. (1994). *Filosofia Da Educação*. ed. Cortez.
- Manacorda, M. A. (2007). *Marx e a pedagogia moderna*. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira. Editora Alínea.
- Marcondes, N. A. V., & Brisola, E. M.A. (2014). Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. *Revista Univap*, 20(35), 201-208.
- Marinho, P. A. S., & Gonçalves, H. S. (2016). Práticas de empoderamento feminino na América Latina. *Revista de Estudos Sociais* 35, 56, 80-90, Universidad de los Andes. <http://dx.doi.org/10.7440/res56.2016.06>.
- Martino, L. M. S. (2014). *Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes, redes*. Vozes.
- Matos, G. G. (2009). *Comunicação empresarial sem complicação: como facilitar a comunicação na empresa, pela via da cultura e do diálogo*. (2a ed.), Manole.
- Melo, C. T. V. (2002). O documentário como gênero audiovisual. *Comunicação & Informação*. 5(1), 25-40.
- MInayo, M. C. S. (2012). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. (18a ed.), Vozes.
- Minayo, M. C. S., Souza, E. R., Constantino, P., & Santos, N. C. (2010). Métodos, técnicas e relações em triangulação, In: Minayo, M. C. S., Assis, S. G., Souza, E. R. (Orgs). *Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- OIT. (2012). Organização Internacional do Trabalho. Mulheres representam até 70% da força de trabalho rural em economias agrícolas. <http://www.onu.org.br/mulheres-representam-ate-70-da-forca-de-trabalho-rural-emeconomias-agricolas-afirma-oit/>
- Oliveira, L. B., & Machado, A. M. N. (2013). Contribuição do conceito de politecnia para pensar a educação profissional do campo. In: Seminário Internacional E Fórum De Educação Do Campo, 1... *Anais... SIFEDOC*, 2013. 1, 1 - 13.
- Pavini, G. C., Adalberto, J. J., & Ribeiro, M. L. (2018). *Agroecologia na educação do campo: possibilidades de construção entre homem e natureza*. In: VIII Simpósio Sobre Reforma Agrária E Questões Rurais, 4., 2018, Araraquara. *Anais... Sraar*. p. 1 - 5.
- Rigão, A. R., Vidikim, L. S., & Markezan, F. F. (2019). Para além dos muros da escola: a atuação do pedagogo na educação não formal- A Equoterapia. *Research, Society and Development*. n.º 8(5):e585903. p.1-18. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/903/798>
- Richardson, R. J. (2017). *Pesquisa Social: Método e técnicas*. (4a ed.), Atlas.
- Rocha, L. M., & Tsukahara, R. T. (2010). *Educação do campo: princípios da educação do mst como mediadora da identidade camponesa*. In: IV Simpósio Sobre Reforma Agrária E Assentamentos Rurais, 4., 2010, Araraquara. *Anais... Sraar*. p. 1 - 9.
- Sá, J. N. (2003). *A Estrada que percorri*. Do Autor.
- Sales, E. (2009). *O documentário na sala de aula: uma verdade absoluta para o aluno?* In: Simpósio Nacional De História, 25., 2009, Fortaleza. *Anais... Fortaleza: ANPUH*. p. 1 - 6.
- Santos, L. F., & Tavares, A. M. B. N. (2020). Políticas para a educação profissional e a influência de organismos internacionais: pontos e contrapontos sobre a educação para trabalhadores no Brasil. *Revista Research, Society and Development*, 9(7), e361974061.
- Sardenberg, C. M. B. (2009). *Conceituando "Empoderamento" na Perspectiva Feminista*. In: I Seminário Internacional: Trilhas Do Empoderamento De Mulheres – Projeto Tempo, 1., 2006, Salvador. *Anais... NEIM/UFBA*. p. 1 – 12.
- Schumacher, S., & Ceva, A. (2015). *Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil*. Edições de Janeiro.
- Schwendler, S. F. (2009). A Participação da Mulher na Luta pela Terra: Dilemas e Conquistas. In: Fernandes, B. M., Medeiros, L. S., Paulilo M. I. (org.). *Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. UNESP.
- Scott, J. (1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade*. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 20(2), 71-99.

Simon, V. P., & Boeira, S. L. (2016). *Empoderamento Feminino na Economia Social e Solidária*. In: Congresso Brasileiro De Estudos Organizacionais, 15., 2016, Anais... CBEO. p. 1 - 24.

Valadares, N. V.M. R., Souza, J. B., & Carvalho, T. S. (2021). Uma análise crítico-discursiva acerca do empoderamento feminino na canção “Eu sou problema meu” à luz da sequência didática de Rildo Cosson. *Research, Society and Development*, 10(5), e49410515196. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15196/13628>

Yin, Robert K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução de Daniel Grassi. (2a ed.), Bookman.

ZappellinI, M. B., & Feuerschütte, S. G. (2015). O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. *Administração: ensino e pesquisa*, 16(2), 241-273.